

Primeiro elemento de avaliação | 28.09.2018

12º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 100 minutos. Tolerância: 10 minutos.

MATRIZ | CONTEÚDOS | APRENDIZAGENS RELEVANTES | CONCEITOS

A prova inclui itens de seleção (por exemplo, escolha múltipla e ordenação) e itens de construção (por exemplo, resposta restrita e resposta extensa). Os itens da prova exigem a análise dos documentos apresentados. Esses documentos, de natureza diversa (como textos, imagens, cronologias, mapas e dados quantitativos organizados em gráfico, em quadro ou em tabela), podem apresentar perspetivas diferentes e permitem o estabelecimento de relações na análise de uma problemática decorrente de um ou mais módulos do programa, tendo como suporte documentos.

MATRIZ				
Tipologia de itens		Número de itens	Cotação por item (em pontos)	Total
Itens de seleção	Escolha múltipla	7	10	70
	Associação			
	Ordenação			
Itens de construção	Resposta curta	2	10	20
	Resposta restrita	6	15	90
	Resposta extensa	1	20	20

CONTEÚDOS	
MÓDULO 6 [11º ano, Parte III, páginas 112-125]	
4.3. Portugal: as transformações do regime político na viragem do século	4.3.1. Os problemas da sociedade portuguesa e a contestação da monarquia. 4.3.2. A Primeira República.
MÓDULO 7 [12º ano, Parte I, páginas 84-89]	
1.5. Portugal no primeiro pós-guerra.	1.5.1. As dificuldades económicas e a instabilidade política e social; a falência da I República.

APRENDIZAGENS RELEVANTES
Do programa de História A: - relacionar as rivalidades e a partilha coloniais com a vontade de domínio político e com a necessidade de mercados de bens e de capitais por parte dos Estados; - **compreender as condições em que ocorreu o esgotamento do liberalismo monárquico e o fortalecimento do projeto republicano de transformação social e política; - clarificar a evolução de Portugal no período em análise, destacando os condicionalismos internos e as marcas da influência de modelos externos; - **compreender os condicionalismos internos e externos que, em Portugal, conduziram à falência do projecto político e social da 1ª República e que favoreceram a ascensão de forças conservadoras e a implantação de um regime autoritário. Ver ainda, no manual: - 11º Ano, Parte III: página 95 [quatro últimas aprendizagens indicadas]; 12º Ano, parte I: página 11 [penúltima aprendizagem].

CONCEITOS			
<i>Ultimatum</i>	Maçonaria	Regicídio	República
Estado laico			

* Conceitos estruturantes

** Aprendizagens estruturantes

Negrito – conteúdos sujeitos a exame nacional

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS

Primeiro elemento de avaliação | 28.09.2018

12º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 90 minutos. Tolerância: 10 minutos.

Este elemento é constituído por 6 páginas e termina na palavra FIM

Observa atentamente os documentos e responde às questões seguintes.

DOCUMENTO 1

ULTIMATUM INGLÊS

- 1 O Governo de Sua Majestade Britânica não pode dar como satisfatórias ou
suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português [...] O que o Governo de Sua
Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: que se enviem ao governador de
Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares
5 portuguesas no Chire e no país dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de Sua
Majestade entende que, sem isto, todas as seguranças dadas pelo Governo Português são
ilusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente
Lisboa com todos os membros da sua legação se uma resposta satisfatória à precedente
intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade *Enchentress*
10 está em Vigo esperando as suas ordens.

11 de janeiro de 1891

DOCUMENTO 2

DISCURSO DE AFONSO COSTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

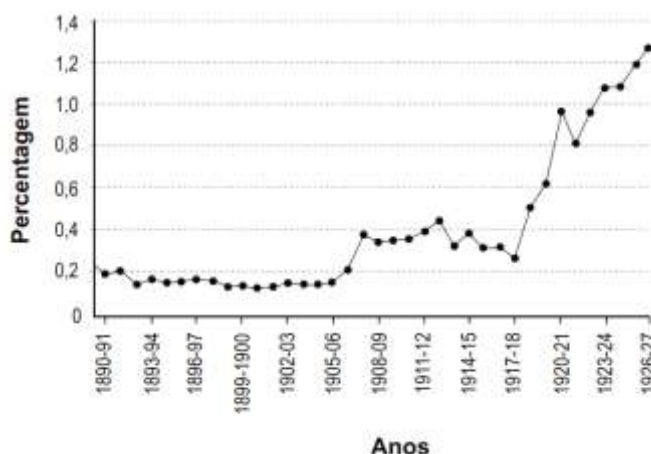
- 1 A monarquia, ou governo de um chefe hereditário, repugna à razão. Só pode ser
um meio, não pode ser um fim. Pode ter tido uma função necessária em certos tempos e
lugares, mas já a não tem na nossa terra nos tempos de hoje. [...]
A monarquia não se fez respeitar, porque nada produziu em benefício da Nação.
5 Nada fez pelas colónias, onde apenas acumulou um funcionalismo ostentoso e devorista
⁽¹⁾, que contribui numa boa parte para o nosso descrédito como nação colonial. [...] Nada
fez pela economia pública, antes agravou as condições das classes produtoras, nada
fazendo para a boa solução de crises hoje quase incomportáveis. [...] Nada fez pela defesa
do País, militar e naval. [...] Nada fez pela instrução, nem pelo complemento das novas
10 vias de comunicação [...].
E, não contente com isto, a monarquia fez-se odiar profundamente: já pelo seu
antipatriotismo, destinado a quebrar as energias do povo, já pelo devorismo⁽¹⁾ sistemático,
destinado a alimentar ilegalmente a monarquia [...].

⁽¹⁾ Devorista/devorismo – que devora o orçamento, gastador.

Afonso Costa, *Discurso na Câmara dos Deputados*, 19 de maio de 1908.

DOCUMENTO 3

DESPESAS COM A EDUCAÇÃO (1890-91 A 1926-27), EM PORCENTAGEM DO PIB

*Exame nacional de História B, 2010*

1. Transcreve do Documento 1 a ameaça contida no Ultimato Inglês. 10
2. Explicita 2 (duas) das críticas de Afonso Costa ao regime monárquico expressas no Documento 2, relacionando uma delas com o Documento 1. 15
3. Afonso Costa dizia que “[a monarquia] Nada fez pela instrução (...)” (Documento 2, linha 9). Compara essa afirmação com os dados constantes no Documento 3. 15

Assinala a hipótese (A a D) que transforma as frases seguintes em afirmações verdadeiras.

4. No final do século XIX a vida política portuguesa girava em torno de 2 partidos políticos que se sucediam no governo, sem que as políticas mudassem significativamente. Eram os partidos... 10

A	... Republicano e Monárquico.
B	... Progressista e Regenerador.
C	... Democrático e Regenerador.
D	... Socialista e Social Democrático.

5. Em 1907, o rei D. Carlos tentou resolver os problemas políticos do país... 10

A	... dissolvendo o Parlamento e passando João Franco a governar “em ditadura”.
B	... aceitando o Ultimato Inglês de modo a garantir as colónias africanas.
C	... aceitando a ditadura de Sidónio Pais.
D	... denunciando o escândalo dos adiantamentos à Casa Real.

DOCUMENTO 4

CONDE DE BURNAY



Assunto: Conde de Burnay «Compra, vende, troca, empresta, põe, impõe, repõe, fia, jura e faz».

Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, reproduzida no *Álbum das Glórias*, c. 1886

DOCUMENTO 5

NEGÓCIOS E POLÍTICA: OS TABACOS

- 1 Durante a fase de prosperidade europeia, os empréstimos tinham resolvido muitos dos problemas nacionais. Quando, em 1890, os ventos mudaram, a situação interna logo se agravou. Aliada à depressão europeia, a crise cambial brasileira teve resultados dramáticos. Em Fevereiro de 1891, o governo não tinha quem lhe emprestasse um tostão.
- 5 Havia apenas um recurso: oferecer aos banqueiros o monopólio do tabaco. Foi isso que o novo ministro da Fazenda fez para obter um empréstimo de 36 000 contos. A ressurreição do contrato [do tabaco] fora a condição exigida pela casa Burnay, pelo grupo Fonseca, Santos e Viana e pelo Comptoir d'Escompte francês⁽¹⁾ para conceder o empréstimo solicitado pelo Tesouro português.

⁽¹⁾ Banco francês da época.

Maria Filomena Mónica, 1992. *Negócios e política: os tabacos (1800-1890)*, p.473

6. Apresenta 2 (duas) características da economia portuguesa nos finais do século XIX e princípios do século XX. Uma das características deve ser articulada com os Documentos 4 e 5.

15

7. No final da monarquia, a classe média encontra-se...

A	... animada com o desenvolvimento económico trazido pela Regeneração.
B	... desanimada com o crescimento da importância do operariado urbano.
C	... desanimada com os salários que a impedem de ascender ao estatuto desejado.
D	... todas as respostas anteriores estão incorretas.

10

8. O primeiro presidente constitucional da república portuguesa foi...

10

A	... Teófilo Braga.
B	... Manuel de Arriaga.
C	... António José de Almeida.
D	... Sidónio Pais.

DOCUMENTO 6

A CRISE DA MONARQUIA NA VIRAGEM DO SÉCULO

- 1 Em pouco mais de um ano de reinado, já três governos presidiram aos destinos do país. A sua ação, porém, nenhuma influência exerceu ou exerce sobre a marcha da vida nacional. Se a anterior situação era má, a atual não é melhor. [...] Nada mudou. Só o rei é que é outro. [...] A crise agrava-se [...] continuamente. Não há crédito, quase não há comércio, a indústria definha, a questão agrícola não encontra solução e, por fim, o desequilíbrio financeiro e a mancha negra do analfabetismo coroam a precária situação da nacionalidade.

Jornal *O Trabalho*, 25 de abril de 1909

DOCUMENTO 7

A CRISE POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em 16 anos de regime, houve 7 eleições gerais para o Congresso, 8 para a Presidência e 45 governos.

Só entre 1919 e 1926 houve 26 governos, durando entre 6 dias e um mês.

9. Identifica o rei a que se refere o Jornal *O Trabalho* em 1909.

10

10. Explica o ponto de contacto que se verifica entre os dados do Documento 6 e do Documento 7.

15

11. Os dados apresentados no Documento 7 comprovam...

10

A	... a instabilidade governativa.
B	... a falta de maiorias duradouras no Parlamento.
C	... as rivalidades existentes entre os dirigentes partidários.
D	... todas as repostas anteriores estão corretas.

DOCUMENTO 8

LEI DA SEPARAÇÃO DAS IGREJAS E DO ESTADO

Artigo 2.º

A partir da publicação do presente decreto, com força de lei, a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português.

Artigo 57.º

As cerimónias, procissões e outras manifestações exteriores do culto não poderão permitir-se senão onde e enquanto constituírem um costume inveterado dos cidadãos da respetiva circunscrição, e deverão ser imediata e definitivamente proibidas nas localidades onde os fiéis, ou outros indivíduos sem seu protesto, provocarem, por ocasião delas, tumultos ou alterações da ordem pública. (...)

Artigo 59.º

Os toques dos sinos serão regulados pela autoridade administrativa municipal de acordo com os usos e costumes de cada localidade, contanto que não causem incómodo aos habitantes, e se restrinjam, quando muito, aos casos previstos no decreto de 6 de agosto de 1833. De noite, os toques de sinos só podem ser autorizados para fins civis e em casos

de perigo comum, como incêndios e outros.

Artigo 60.º

É proibido, de futuro, sob pena de desobediência, apor qualquer sinal ou emblema religioso nos monumentos públicos, nas fachadas de edifícios particulares, ou em qualquer outro lugar público, à exceção dos edifícios habitualmente destinados ao culto de qualquer religião e dos monumentos funerários ou sepulturas dentro dos cemitérios. (...)

Dado nos Paços do Governo da República, em 20 de Abril de 1911. *Joaquim Teófilo Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes, Bernardino Machado, Manuel de Brito Camacho.*

DOCUMENTO 9

AFONSO COSTA (AUTOR DA LEI DA SEPARAÇÃO DAS IGREJAS E DO ESTADO)



Caricatura de Afonso Costa como *Mata-frades*

12. Explicita as posições presentes nos Documentos 8 e 9.

15

13. Associa a cada acontecimento da I República, assinalado com as letras A a E na coluna da esquerda, a respetiva caracterização histórica assinalada com os algarismos 1 a 5 na coluna da direita.

10

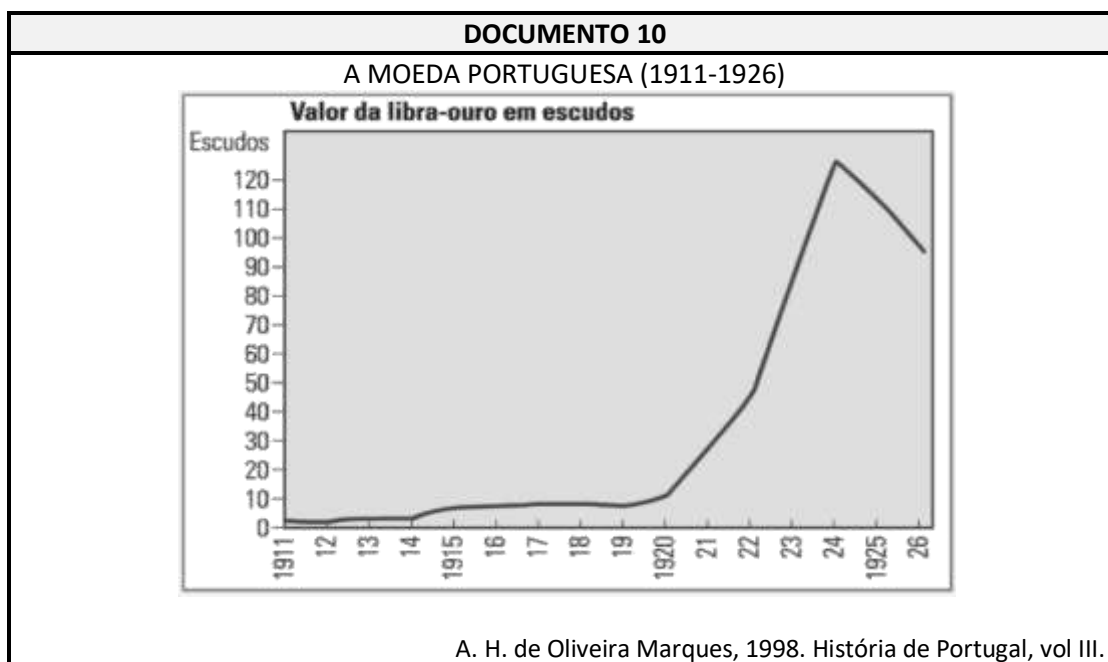
Henrique Burnay obtém o monopólio dos tabacos.	A	1	Instabilidade política.
Proclamação da Monarquia do Norte.	B	2	Desequilíbrios económicos.
Eleição de Bernardino Machado pelo Congresso.	C	3	Anticlericalismo.
Detenção de Jesuítas no forte de Caxias.	D	4	Exemplo dos escândalos financeiros do final da monarquia.
Gastos da República superiores às receitas.	E	5	Parlamentarismo.

14. Ordena cronologicamente os seguintes acontecimentos ligados ao fim da monarquia e à I República portuguesa.

10

Escreve, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

- (A) Eleição de Manuel de Arriaga como Presidente.
- (B) Assassinato de Sidónio Pais.
- (C) Regicídio de D. Carlos.
- (D) Revolta republicana de 31 de janeiro.
- (E) Aprovação da primeira Constituição Republicana.



15. Explica o fenómeno retratado pelo gráfico do Documento 10.

15

16. Desenvolve o tema *As expectativas não concretizadas da I República que vão levar à sua falência (1910-1926)*, abordando os tópicos de orientação seguintes:

20

- as dificuldades económicas;
- a instabilidade política e social.

Na tua resposta

- analisa os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- evidencia a relação dos elementos apresentados com o tema;
- integra os dados do Documento 10.

FIM

Primeiro elemento de avaliação | 28.setembro.2018

12º Ano | Professor: Renato Albuquerque

Sugestão de respostas / Classificação do/a aluno/a

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova (quando exista) implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos. Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta curta são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.

No item de resposta curta que solicita a transcrição de elementos de um documento escrito, apenas é atribuída a pontuação total às respostas que apresentem a afirmação ou o excerto corretos e respeitem, na íntegra, as regras de transcrição (sinais gráficos de aspas e de supressão).

A classificação das respostas aos itens de resposta restrita e de resposta extensa que envolvam a produção de um texto tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração.

Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os parâmetros seguintes:

(A) Identificação e Explicação, (B) Articulação temática e Organização e (C) Integração dos documentos.

Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Caso as respostas contenham elementos contraditórios, apenas são considerados para efeitos de classificação os aspetos que não apresentem esses elementos.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos.

No caso das respostas ao item de resposta extensa que apresentem esses erros científicos graves, o tópico de referência aos quais esses erros estejam associados não é considerado para efeitos de classificação.

Níveis de competência →		1	2	3	4	C
1.	“(…) o navio de Sua Majestade <i>Enchentress</i> está em Vigo esperando as suas ordens.” (linhas 9 e 10): ameaça de um navio de guerra inglês navegar em direção a Lisboa para a atacar.	--	--	7	10	
2.	<p>1. O aluno devia indicar obrigatoriamente uma destas críticas ligadas ao documento 1 (aceitação do <i>Ultimatum</i> inglês):</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Nada fez pelas colónias (...)” (linha 5) não as desenvolvendo economicamente e, com isso, não fazendo lucrar a metrópole, aceitando o <i>Ultimatum</i> inglês; - “Nada fez pela defesa do País, militar e naval.” (linhas 8 e 9), cedendo às pretensões do <i>Ultimatum</i> inglês sem oferecer qualquer resistência; - “(...) fez-se odiar profundamente (...) pelo seu antipatriotismo (...)” (linhas 11 e 12) ao proceder ao contrário das grandes manifestações populares e patrióticas que recusam a humilhação do <i>Ultimatum</i> inglês. <p>2. O aluno devia indicar uma das seguintes críticas não ligadas diretamente ao <i>Ultimatum</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “A monarquia, ou governo de um chefe hereditário, repugna à razão.” (linha 1) Para os republicanos, a atribuição do poder a uma pessoa por via do nascimento (hereditariedade) não é racional pois não permite escolher os melhores, limitando o povo à vontade sagrada e divina; - “A monarquia (...) nada produziu em benefício da Nação.” (linha 4) Esta afirmação devia ser complementada com um dos seguintes exemplos: <ul style="list-style-type: none"> • “Nada fez pelas colónias, onde apenas acumulou um funcionalismo ostentoso e devorista (...)” (linha 5), ou seja, toda a nobreza que governa as colónias aproveita-se dessas funções para gastar os dinheiros do Estado em ostentação e proveito próprios e não no desenvolvimento das colónias; • “Nada fez pela economia pública, antes agravou as condições das classes produtoras, nada fazendo para a boa solução de crises hoje quase incomportáveis.” (linhas 6 a 8) As crises económicas provocadas pelo défice económico crónico, devido ao fraco desenvolvimento industrial e às balanças comerciais negativas, repercutiam-se sobre as classes mais baixas, vítimas de salários baixos e impostos elevados; • “Nada fez pela defesa do País, militar e naval.” (linhas 8 e 9) A monarquia nunca investiu em meios militares terrestres e/ou navais que permitissem, por exemplo, a defesa das colónias; • “Nada fez pela instrução, nem pelo complemento das novas vias de comunicação [...]” (linhas 9 e 10) A monarquia é criticada por não ter cuidado da educação das crianças, um dos meios que era considerado fundamental pelos republicanos para desenvolver o país, nem as vias de comunicação (nomeadamente o comboio e as estradas) fundamentais para ligar as cidades ao mundo rural atrasado. - “(...) a monarquia fez-se odiar profundamente (...) pelo devorismo sistemático, destinado a alimentar ilegalmente a monarquia [...]” (linhas 11 a 13). A monarquia é criticada, nomeadamente, pelo escândalo dos empréstimos à coroa em que o governo, secretamente e à revelia do Congresso, adiantava verbas públicas à Casa Real para as suas despesas privadas. 	3	7	11	15	
3.	<p>O aluno devia assinalar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A afirmação de Afonso Costa corresponde às percentagens baixíssimas do PIB retratadas no gráfico do Documento 3: entre 1890-91 e 1906-08 as despesas com a educação estão geralmente acima dos 0,1% e raramente atingem os 0,2%. - No período que vai da fase final da monarquia até 1917-18 OU até ao final da I Guerra Mundial as percentagens continuam baixas mas já se situam 	3	7	11	15	

	entre os 0,2 e os 0,4% do PIB. - Finalmente, após 1917-18 OU após o final da I Guerra Mundial os republicanos apostam consistentemente na educação, subindo quase continuamente as despesas com a mesma acima dos 1,2% do PIB.					
4.	B	--	--	--	10	
5.	A	--	--	--	10	
6.	- O aluno devia apresentar obrigatoriamente uma das seguintes características da economia portuguesa nos finais do século XIX e princípios do século XX, articulando a respostas com os Documentos 4 e 5: <ul style="list-style-type: none"> • dependência da economia portuguesa da economia europeia e mundial: exemplo – depressão europeia, crise cambial brasileira (linhas 3-4 do Doc. 5); • dependência da economia portuguesa dos empréstimos nacionais fornecidos por grandes capitalistas: conde (Doc. 4) ou casa Burnay (Doc. 5, linha 7), grupo FONSECAS, Santos e Viana (idem, linhas 7-8); • dependência da economia portuguesa dos empréstimos internacionais: Comptoir d'Escompte francês (idem, linha 8); • economia portuguesa dependente da estruturas monopolistas de determinada mercadoria (exemplo: “monopólio do tabaco” (idem, linha 5). - O aluno devia ainda apresentar outra característica não referida nos Documentos 4 ou 5: <ul style="list-style-type: none"> • agricultura tradicional que lança na miséria os camponeses obrigados a emigrar; • indústria pouco desenvolvida baseada em magros salários e em condições de vida miseráveis dos operários; • classe média empobrecida e sem perspectivas de ascensão social; • pesada carga de impostos. 	3	7	11	15	
7.	C	--	--	--	10	
8.	B	--	--	--	10	
9.	Identificação do rei Manuel II OU D. Manuel II.	--	--	--	10	
10.	- O aluno identifica a instabilidade governativa comum: 3 governos em pouco mais de um ano no final da monarquia (Documento 6) e “45 governos” OU “7 eleições gerais para o Congresso” OU “8 para a Presidência” em 16 anos no período da I República (Documento 7). - Refere o rotativismo no final da monarquia e a falta de maiorias estáveis na I República.	3	7	11	15	
11.	D	--	--	--	10	
12.	≡ O aluno deve identificar as 2 posições antagónicas presentes, a dos republicanos, no Documento 8, e a do clero OU dos católicos, no Documento 9. - O Documento 8 <ul style="list-style-type: none"> • transcreve alguns artigos da Lei da Separação das Igrejas e do Estado, publicada em abril de 1911; • neste documento, defende-se a separação das igrejas e do Estado, subordinando, por vezes, aquelas a este. Exemplo: “Os toques dos sinos serão regulados pela autoridade administrativa municipal (...) só podem ser autorizados para fins civis” (Artigo 59º); • este documento é subscrito pelas mais importantes personalidades republicanas que faziam, na altura, parte do governo. - O Documento 9 <ul style="list-style-type: none"> • opõe-se a um dos autores da lei, Afonso Costa, caricaturado como o “Mata-frades” pois está a estrangular dois membros da Igreja; • apresenta Afonso Costa como um instrumento do demónio OU Satanás que o recompensa com uma coroa de rosas OU flores; • a cena é observada pelo Papa, representado por uma serpente OU 	3	7	11	15	

	<p>dragão que usa um dos seus símbolos, a tiara, e que assiste furiosa a esta cena.</p> <p>≡ O aluno deve também realçar a radicalização das 2 posições: os republicanos praticam um feroz anticlericalismo, chegando ao ponto de regulamentar ou proibir procissões, símbolos e toques de sino, enquanto o clero OU os católicos veem estas disposições como obra do demónio e respondem mesmo com o corte de relações da Santa Sé com Portugal.</p>					
13.	A4, B1, C5, D3, E2	--	--	--	10	
14.	D (1891), C (1908), E (1911), A (1911), B (1918)	--	--	--	10	
15.	<p>- O documento 10 é constituído por um gráfico de linhas que representa a evolução do valor da libra-ouro em escudos entre 1911 e 1926 OU durante a I República;</p> <p>- mostra que até cerca de 1920 OU durante a primeira década da I República a quantidade de escudos necessário para comprar 1 libra-ouro subiu mas de forma muito suave;</p> <p>- a partir de 1920 o poder de compra diminuiu rápida e brutalmente, passando 1 libra-ouro que valia cerca de 10 escudos em 1920 a valer mais de 120 escudo OU mais de 12 vezes em 1924;</p> <p>- após 1924 assiste-se a uma valorização do escudo OU uma desvalorização da libra-ouro mas de cerca de apenas vinte escudos OU 10%;</p> <p>- o documento demonstra as dificuldades económicas do país, sem receitas para pagar os empréstimos efetuados em moeda estrangeira ou em ouro.</p>	3	7	11	15	
16.	<p>- As dificuldades económicas mantiveram-se durante toda a I República, devendo o aluno referir 3 dos seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • desvalorização acentuada do escudo em relação à libra-ouro (Documento 10); • dificuldades económicas devido às despesas com a participação na I Grande Guerra; • aumento da dívida pública OU défice da balança comercial; • diminuição das receitas e aumento das despesas (por exemplo, com a educação); • diminuição da produção industrial; • inflação galopante; • racionamento de bens OU dificuldade de acesso aos bens de consumo; • especulação; • desconfiança no sistema bancário (escândalo Alves dos Reis, por exemplo). <p>- A instabilidade política e social também foi permanente, devendo o aluno referir 3 dos seguintes exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • inexistência de maiorias parlamentares que provocam sucessivas demissões de governos OU realização de eleições (45 governos em 16 anos e outros dados referidos no Documento 7); • experiências ditatoriais (Sidónio Pais e Pimenta de Castro); • instauração da Monarquia do Norte; • golpes militares OU atos de violência; • greves OU manifestações sucessivas demonstrando o mal-estar social causado pela miséria e desemprego; • exacerbação católica (milagres de Fátima) contrarrepblicana; <p>- O aluno deve concluir que a incapacidade republicana em resolver os problemas económicos e sociais levou ao aparecimento de problemas políticos e à criação na população da ideia de que só os militares poderiam pôr cobro à situação OU pôr ordem no país OU salvar o país, abrindo caminho a uma ditadura militar que irá levar ao fim da I República.</p>	<p>Compreensão histórica</p> <p>A – Identificação e Explicação</p> <p>10 OU 6 OU 3</p> <p>B – Articulação temática e Organização</p> <p>4 OU 2</p>	<p>C – Integração dos documentos</p> <p>6 OU 4 OU 2</p>	20 a 7		